

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

YASMIN MACIANE DA SILVA

“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas

Maceió
2022

YASMIN MACIANE DA SILVA

“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel com Formação em Psicologia.

Orientador: Marcos Ribeiro Mesquita

Maceió

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA – IP
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PSICOLOGIA



TERMO DE APROVAÇÃO

YASMIN MACIANE DA SILVA

“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas.

BANCA EXAMINADORA:

MARCOS RIBEIRO MESQUITA – ORIENTADOR

SIMONE MARIA HÜNING – AVALIADORA

APROVADO EM: 04/02/2022

“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas

“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas

“Blackening your shelves” the fad of white academics in the anti-racist movement: experience of training in Psychology at the Federal University of Alagoas

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir sobre as posturas adotadas por acadêmicas(os) brancas(os) autodeclaradas(os) antirracistas frente a episódios de tensões raciais nos espaços institucionais de ensino. Uma escrita assentada em narrativas autobiográficas que questiona os mecanismos de poder que sustenta os privilégios sociais da branquitude, permitindo a captura de conceitos, corpos e histórias de povos não brancos através de discursos politicamente implicados e do que aqui chamarei de antirracismo cordial. Procurando formas únicas de caminhar pela academia, assumindo as precariedades de nossa formação, defenderei a deseducação como política de ensino em busca da liberdade. Este trabalho, portanto, abre espaço para refletimos sobre os processos de objetificação dos corpos racializados pela academia, apontando para a necessidade de comprometimento ético e político para construção de uma formação efetivamente antirracista.

Palavras-chave: Racismo; Antirracismo; Branquitude; Psicologia; Formação.

Abstract: This article aims to discuss the postures adopted by white academics who are self-declared anti-racist in the face of episodes of racial tensions in institutional teaching spaces. A writing based on autobiographical narratives that questions the mechanisms of power that sustain the social privileges of whiteness, allowing the capture of concepts, bodies and stories of non-white people through politically implicated discourses and what I will call here cordial anti-racism. Looking for unique ways to walk through the academy, assuming the precariousness of our training, I will defend miseducation as a teaching policy in search of freedom. This work, therefore, opens space for us to reflect on the processes of objectification of racialized bodies by the academy, pointing to the need for ethical and political commitment to build an effectively anti-racist training.

Keywords: Racism; Anti-racism; Whiteness; Psychology; Formation.

Ritos Iniciais

A presente escrita busca exprimir os encontros e desencontros em meus percursos formativos durante a graduação em Psicologia, tendo como centralidade para a discussão duas cenas experienciadas durante a pandemia, sendo elas: a elaboração da Carta Compromisso do Instituto de Psicologia por um Universidade Antirracista¹ ocasionada pela exposição de supostas(os) fraudadoras(es) de cotas raciais na plataforma digital *Twitter*; e uma denúncia de racismo praticada em sala de aula por uma docente do Instituto. Enquanto uma mulher negra cotista, localizo-me na pesquisa como um corpo-presente que experimenta o mundo a partir das encruzilhadas, faço um convite para analisarmos algumas posturas de uma classe docente majoritariamente branca e progressista frente às discussões étnico-raciais, sem a menor pretensão de oferece-lhes verdades absolutas trago nas palavras rasuradas nessas linhas o olhar de um corpo racializado e composto por fragmentos. Em concordância com Frantz Fanon (2008, p. 25) “não venho armado de verdades decisivas”, o movimento que me disponho a realizar é de enunciação, falar sobre os incômodos, conflitos e constrangimentos vivenciados no contato com uma branquitude declaradamente “antirracista” que trabalha cotidianamente na manutenção de seus privilégios.

Tempos atrás escrevi uma carta ao corpo docente do Instituto de Psicologia como um convite à escuta, a nudez e a fragilidade de ser alvo de minha-nossa flecha, talvez este trabalho seja sua continuidade. Aqui, assumirei o local de negra pesquisadora que tomará a(o) branca(o) como tema (Lopes, 2013), muito além de uma investigação científica busco uma auto recuperação memorialista, uma tentativa de recontar histórias assentadas em saberes vivos e coletivos, buscando compreender como a raça produz subjetividades e marca nossos processos de aprendizagens. De acordo com Costa e Carvalho (2020, p. 28) a “produção de conhecimento passou por uma assepsia – pela eliminação da vida, dos sinais da vida, dos vestígios do que possa ser vida”, a ciência tornou-se um empreendimento limitado a certezas irrevogáveis e verdades universais, pautada em uma neutralidade de saber e produzindo a neutralização do Ser. Recuso-me a reproduzir esses saberes desencantados, anseio por construir uma análise com a(o) outra(o) na presença de meu corpo-espírito, sem reprimir minhas angústias e desejos. Se a escrita me é uma obrigação, escolho escrever sobre minhas inquietações, não sou boa em fingir costume com as coisas, não sou boa em disfarçar as feições quando algo me desagrada, não sou boa em manter-me calada em concordância com atos violentos ou incoerentes, não sou boa e talvez este seja meu rastro.

Conceição Evaristo (2005, p. 02) diz que a escrita é “um modo de ferir o silêncio imposto, ou ainda, executar um gesto de teimosa esperança” como um processo doloroso onde encontraremos no texto final a amenização parcial de nossas dores, penso que, a teimosia é tecido vivo nos corpos daquelas(es) que ousam viver em um país que nos mata diariamente. Deste modo, cismo em construir uma pesquisa que toma forma em percursos controversos, assentada em rastros e memórias de um corpo coletivo.

“Eu Sou Uma Mas Não Sou Só”²: o Verso do Corpo Coletivo

Escrever é testar todas as esferas do meu corpo, cada poro, cada pelo, membro a membro. É sentir os tremores que ora aparenta medo, ora coragem, é como um embrulho no estômago, um soco na costela e um abraço apertado no silêncio. É confuso, inconstante e intragável. É um trabalho de memória composto de fragmentos de um passado, tensionamentos de um presente e ideias para o futuro, em um limbo atemporal onde meu corpo é sempre alvo. Aqui as memórias ganham vozes de mulheres que bradam aos quatro cantos da terra um convite para dançar, tomando formas e cores distintas as mulheres que dançam comigo, fazem do meu corpo um “território livre, mesmo tendo sido marcado a ferro e fogo pela escravidão” (Piedade, 2017, p. 31), elas me tornam povoada como diz a música de Sued Nunes.

Nas linhas que dão corpo a esse trabalho deposito palavras inacabadas em percursos quase desconhecidos, os meus dedos deslizam as teclas do *notebook* em movimentos de vai e volta, escrevo um parágrafo apago dois, construo prazos para escrita, os perco. Inquieta procuro novas leituras, outras referências, buscando as definições de conceitos que saltam em meus pensamentos mais descontrolados, me atento a data e ao amontoado de caixas. Esqueço por pequenos instantes que guardo em meu quarto fontes de saberes inesgotáveis, sobre a mesa que estudo me encontro com Vilma Piedade, Grada Kilomba, bell hooks, Djamilia Ribeiro, Silvio Almeida, Luiz Antônio Simas, Luiz Rufino, Carla Akotirene e Conceição Evaristo.

Encontrar-me com essas(es) autoras(es) é reconectar-me com minha ancestralidade. São estudos produzidos pela força de um saber nascido no corpo, a partir de problematizações políticas e históricas que antes de estudadas são sentidas e vivenciadas coletivamente. Quando leio os escritos de Conceição Evaristo e bell hooks penso que elas escrevem como mainha e eu, através da oralidade. Consigo imaginá-las sentadas em roda no chão de nossa casa cercadas por crianças que percorrem o círculo como quem brinca de ciranda, ouço risadas pequenas acompanhadas de conversações extensas sobre inúmeras experiências que a “ciência” - universal, branca e colonial - jamais entenderia. Elas versam por lugares desconhecidos, seus

arcabouços teóricos são artinhas e mandingas, tentar capturá-las a fim de classificá-las é falhar miseravelmente, visto que é impossível aprisionar saberes coletivos. Junto a elas construo saberes miúdos com a certeza de que “toco pequeno é que arranca a unha colonial que endurece nosso pensamento” (Nascimento W, 2020, p. 9), buscando formas únicas para caminhar em espaços de produção científica como a universidade.

Nas andanças de minha formação marco com tintas coloridas o chão do Instituto Psicologia e sou marcada pela participação no Centro Acadêmico de Psicologia gestão Carolina Maria de Jesus e no Núcleo de Estudos em Diversidade e Política (EDIS). Coletivamente nos organizamos no Centro Acadêmico fundamentadas(os) por uma política do dengo, acolhendo nossos corpos em seus anseios e fragilidades, firmando o ponto na defesa de uma educação pública e de qualidade, mais do que isso, trabalhamos para construção de uma educação viva e popular que nos permita sonhar, tornando-se um espaço de aquilombamento estudantil. Já o EDIS é feito um rio para mim, ele é composto por diversas nascentes que deságuam aqui, nele meu corpo foi banhado diversas vezes por vozes de colegas de pesquisa, de leituras coletivas e discussões acaloradas. Nesses dois espaços encontrei acalanto, afeto e cuidado, através deles a Psicologia fez sentido, a escuta foi sentida e me vi acolhida. Com minhas(meus) companheiras(os) de estudo e militância construí uma “ciência encantada” (Rufino, 2019, p. 29), entre o CA e o EDIS encontrei morada para o meu corpo e um jeito novo de caminhar por corredores sem vida, construí junto a elas(es) uma formação “capaz de fazer *caldeirão sem fundo ferver*” (Nascimento W, 2020, p. 10).

Para bell hooks (2019) o discurso acadêmico dos bancos universitários “não é um lugar conhecido por dizer verdades” (p. 89), ao menos não as verdades de um povo oprimido e violentado. Ao adentrar a universidade fui despida de maneira arbitrária das histórias que sustentavam meu corpo no chão, fui transformada em uma espécie de banco de dados para informações inaplicáveis a minha realidade, desse modo, atendo o chamado da autora ao tentar construir um trabalho de libertação, rompendo com as normas estabelecidas em palavras vazias (hooks, 2019). Trago nas elaborações presentes nas linhas que seguem o compromisso de colocar-me no centro da discussão, com a incumbência de provocar inquietações e incertezas, para que “Quando as sinhás procurarem as cadeiras para se sentar, não acharão. Restará o tombo.” (Simas, Rufino & Haddock-Lobo, 2020, p. 12), o tombo de sujeitos desatentos que insistem em manter-se no topo da pirâmide social sobre os escombros de corpos negros e indígenas, o tombo de sujeitos desavisados que seguem agarrados aos privilégios da branquitude. A queda de uma branquitude politicamente implicada em estudos e leituras

“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas

antirracista que não se aplicam a prática. As(os) acadêmicas(os) brancas(os) que ainda não entenderam que antirracismo é gira, a rasteira estará sempre à espreita.

A Paz é Branca e Eu Vivo em Guerra: Contradições de uma “Branquitude Antirracista”

Corriqueiramente sou convocada a assinar um “contrato” de boa convivência, ou melhor dizendo de conveniência com todas(os) aquelas(es) que ocupam o lado esquerdo da política nacional, com seus discursos inclusivos que beiram apenas o acesso via consumo mesmo tecendo inúmeras críticas ao capital, onde a luta de classes alcança o topo da pirâmide construída para elencar as opressões sociais. Em tempos de polarização política, alinhar-se a qualquer frente é quase como entrar em uma seita, onde abdicará de quaisquer ideias contrária a fim de construir uma pauta comum, parece-me estranho estarmos esperando um produto universal em um local que defende sobre todas as coisas a pluralidade. É inviável acreditar que nossas bandeiras são as mesmas, como coloca Gloria Anzaldúa (2000, p. 235) “não estamos reconciliadas com o opressor que afia seu grito em nosso pesar”, mesmo que tenhamos um inimigo comum quando esse vencido for, restará o meu corpo como alvo fácil.

Estar em guerra não me impede de construir alianças, mas me coloca em estado de alerta, sempre atenta às movimentações alheias. Em muitos momentos a reação das(os) aliadas(os) na luta antirracista é ocasionada por um acontecimento de grande repercussão em um nível de violência fatal, tal movimento é feito a derrubada de uma peça de dominó que acaba levando ao chão outras tantas peças. De modo que, ser antirracista outorga a branquitude um protagonismo (Nascimento T, 2020) de branca(o) salvadora, assim gestamos e criamos as “princesas Izabeis” da atualidade. Aparentemente a autodenominação “antirracista” confere a determinados sujeitos a superficialidade da luta, um antirracismo cordial e amistoso que responsabiliza apenas o Estado retirando sua própria culpa, utilizando-se de um “discurso politicamente correto - sem abrir mão dos privilégios que a branquitude garante” (Santos, 2019, p. 941). É necessário compreender que a branquitude não ocupa naturalmente os espaços de poder e representação, este lugar social é “marcado pela violência” (Ribeiro, 2019, p. 33) racial, fruto de um estado-nação estruturado pela escravização.

Para entender que elementos compõem a branquitude no Brasil é preciso iniciar as discussões com uma conceitualização breve do racismo estrutural e institucional, compreendendo-o como um processo histórico e político que beneficia estrategicamente a população branca em detrimento da não-branca (Ribeiro, 2019; Kilomba, 2019; Almeida SL, 2020), objetificando pessoas negras e moldando subjetividades. Logo, o racismo “[...] trata o

poder como elemento central da relação racial” (Almeida SL, 2020, p. 40), estruturando-se pela lógica de uma suposta superioridade, assim sendo, o grupo dominante composto predominantemente por homens brancos, terá de assegurar o controle da instituição, construindo atuações que garantam o consenso e salvguarde seus privilégios. Cabe salientar que, as instituições são reprodutoras e mantenedoras do racismo, visto que “[...] sem fazer nada, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas” (Almeida SL, 2020, p.48), o que será evidenciando em uma das cenas analisadas no decorrer deste trabalho.

O racismo como um sistema de dominação configura-se em constantes atualizações (Ribeiro, 2019). Com a globalização e o multiculturalismo o racismo tornou-se uma tecnologia colonial em processos de sofisticação, apresentado com diferentes roupagens e tendo sua nomeação enquanto ato racista ainda mais dificultoso. O racismo nos moldes contemporâneos atua na "domesticação de culturas e de corpos” (Almeida SL, 2020, p. 72) não-brancos que são capitalizados e consumidos. Nesse sentido, não estamos lidando exclusivamente com o genocídio da população negra e indígena pelas mãos do Estado, não é sobre o assassinato físico de um corpo negro esticado no asfalto asfixiado, o racismo contemporâneo é o disparo de fuzil com silenciador contra o direito coletivo de esperar. Cotidianamente, - neste espaço acadêmico que escolhi narrar - vivenciamos uma das formas mais violentamente silenciosas, o afastamento do meu povo das universidades. Obtivemos com as Políticas de Ações Afirmativas a possibilidade de ingresso, mas não a garantia da permanência, a educação nos moldes que conhecemos é bem de consumo branco, assim as universidades abrem forçadamente suas portas ao diferente a fim de escamoteá-lo no processo, o preço a pagar por uma formação superior é satisfazer o sadismo racial da branquitude.

Mariléa de Almeida (2020) ao relatar as violências raciais dos espaços universitários define o racismo acadêmico como “uma tecnologia de poder cujas práticas de discriminação racial ocorrem de forma velada ou explícita” (p. 44), seja pela negação em romper com os saberes eurocêtricos parciais, pela prática do epistemicídio ou pela norma colonizadora de ensino (Carneiro, 2005; Carvalho, 2019; Almeida M, 2020). A autora aponta que as(os) intelectuais brancas(os) progressistas rejeitam o racismo estudado em suas pesquisas, repudiam os atos racistas presentes em nossa sociedade, mas não questionam a academia e suas ações como racista. Cabe acrescentar que, o racismo acadêmico não é meramente um produto social ou uma consequência natural de um país configurado por processos de escravização, é uma ação planejada e muito bem executada que exclui sujeitos não-brancos e salvaguarda os privilégios sociais e epistemológicos da branquitude (Ribeiro, 2019).

Embora a branquitude declaradamente “antirracista” tenha consciência das desigualdades sociais enfrentadas pela população negra e indígena, enquanto acadêmicas(os) não conseguem ou querem enxergar-se como parte responsável do problema racial no Brasil. No entanto, disponho-me aqui a confrontar as seguranças raciais da branquitude ao marcá-la enquanto raça e racializar suas proposições teóricas parciais. Racializar o debate em torno das produções acadêmicas é repensar os locais de poder ocupados pela branquitude, tendo como intuito a responsabilização e não meramente a emissão de sua declaração de culpa (Ribeiro, 2019; Nascimento T, 2020).

Para Grada Kilomba (2019) a culpa é uma resposta emocionalmente moral que decorrente de um ato racista, para o qual a branquitude busca uma justificativa através da “*intelectualização ou racionalização*” (Kilomba, 2019, p. 44), às(aos) brancas(os) as desculpas são inúmeras, seja como um ato não intencional, um equívoco na compreensão das(os) ouvintes e até mesmo a negação da raça como uma categoria de análise. Em complementaridade ao debate, Tatiana Nascimento (2020) no texto “*Leve sua culpa branca a terapia*” nos apresenta a performatividade conveniente dessa culpa, apontado que nos discursos brancos antirracistas há uma pretensa redenção, como se estivéssemos em um jogo virtual que ao levantar a bandeira branca cessar-se-ia o fogo e imediatamente seus atos racistas seriam deletados.

Cara branquitude que me lê, quero informá-la que sou composta por fragmentos de memórias vivas, onde o esquecimento jamais fará morada. Enquanto mantiverem-se as estruturas econômicas, sociais e educacionais racistas, estaremos em guerra.

Deseducar é Incorporar uma Ciência Indisciplinada

A educação que recebemos nos bancos escolares e nas faculdades em geral, segundo Silvio Almeida (2020, p. 71) “pode aprofundar o racismo na sociedade” visto que traduzem valores civilizatórios europeus que trabalham na manutenção dos processos de dominação racial (hooks, 2017; Ribeiro, 2019; Almeida SL, 2020). Os espaços de educação formal funcionam como um violador de histórias, ao ocuparmos as salas de aula somos transformadas(os) em receptoras(es) de informações e passamos por uma desintegração com nossos territórios, saberes e memórias. Penso que não poderia ser diferente se construíssemos a lógica educacional baseadas(os) na óptica do invasor, o Brasil que conhecemos nos livros de história é uma invenção violentamente branca. O que poderíamos esperar de encantador se as(os) filhas(os) dessa pátria ó mãe gentil não sabem nem que lhes pariu?

A lógica colonial opera pelo não reconhecimento de nossa história, destruição de nossas referências e no apagamento de memórias coletivas, o que nos torna sujeitos solitários(os) e desencantadas(os). Luiz Rufino (2019, p. 16) defende que “combater o esquecimento é uma das principais armas contra o desencanto do mundo”, assim, como estratégia de reconstruir a árvore genealógica do saber invoco para versar comigo autoras(es), teóricas(os), mestras(es) dos saberes que não encontrei na grade curricular do curso, escritoras(es) que falam sobre si e para as(os) suas(es) subvertendo a lógica colonial que nos aloca apenas como objeto de estudos, que apontam para a necessidade de nos libertarmos de uma educação estruturalmente racista, misógina, capacitista e cisheteronormativa, deste modo, defenderei a deseducação como possibilidade de produção de “saber potencialmente emancipatória” (Rufino, 2019, p. 53) que rompa com os paradigmas da reconhecida ciência universal, branca, hétero e patriarcal.

A defesa de uma deseducação traz consigo o chamado de Simas e Rufino (2020) para começarmos a dar errado, de acordo com os autores o que vivenciamos na atualidade é o sucesso do projeto colonial que constrói o país sob os restos mortais dos donos da terra, de corpos catequizados, escravizados, mutilados, embranquecidos e desencantados. Vivemos num país forjado por valores civilizatórios branco, atracadas(os) a lógica do dismantelo que parece fazer morada forçadamente em nossas entranhas, onde o genocídio é tão natural que tornou-se política de Estado e *slogan* de campanhas. Diante desse cenário catastrófico Luiz Antônio Simas aponta que a “educação precisa, urgentemente, assumir a única tarefa digna desse nome: deseducar (Simas, 2019, p. 102), trabalhando no refazimento de saberes ancestrais que estimulem a construção de novas referências, possibilitando uma virada epistêmica no seio educacional.

Corriqueiramente, somos forçadas(os) a despir-nos, desincorporarmos e nos desconectarmos de nossas experiências, sendo levadas(os) a acreditar que a ciência é construída pelo afastamento entre teoria, prática e vivências, o que nos é ofertado é meramente “pedacinhos compartimentalizados de conhecimento” (hooks, 2017, p. 27), desconectados de nossas histórias são apenas informações esvaziadas pelo tempo. Por alguns semestres da graduação experimentei uma grande apatia pelo curso, cercada por ideias incompatíveis com a minha realidade, questioneimei-me por ocupar aquele lugar, um espaço sem vida e sem sentido ao meu corpo, onde diariamente a prática docente academicista me cobrava obediência à autoridade (hooks, 2017), submetida ao modelo disciplinar andei de mãos dadas com a indisciplina.

Etimologicamente, a palavra disciplina refere-se ao ato de educar, podendo ser entendido como condicionamento, obediência, sujeição, subordinação, desse modo, a educação

“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas

seria “um lugar de castigo e reclusão”, jamais um espaço de construção de possibilidades (hooks, 2017, p.13). Portanto, deseducar é incorporar saberes indisciplinados, construindo uma ciência do corpo e pelo corpo, assumindo os vazios e precariedades de nossas existências. Posicionar-se enquanto um corpo-espírito indisciplinado é como riscar facão no asfalto, uma ameaça ao lugar seguro do outro, é como aponta Jota Mombaça (2016, p. 344) “uma batalha inglória e arriscada”. Deseducar é campo de batalha, espaço de conflito e potência criativa. É lugar de inconformidade, infinitude e errância.

Trago em meu corpo a tentativa errante de construir a deseducação no espaço institucional da universidade a partir de minha ancestralidade. Rufino (2020, p. 181) define a ancestralidade como “alargamento do presente, o não esquecimento e a vida pulsante”, onde o “eu” transforma-se em “nós” e o conhecimento é coletivo. O “nós” aqui trabalhado é política de refazimento, diálogo constante do meu-nosso corpo, corporeidade de memórias atemporais amarradas por histórias imensuráveis. Na infinitude em construção, deseducar é ato parido na busca incessante por liberdade (hooks, 2017; Rufino, 2021).

Cena I - Carta Compromisso do Instituto de Psicologia por uma Universidade Antirracista.

Em junho de 2020, um perfil criado na plataforma digital *twitter*, intitulado “Fraudadores de cotas Alagoas” iniciou inúmeras exposições de estudantes da Universidade Federal de Alagoas que teriam feito uso irregular da política de cotas para ingresso na instituição. As exposições aconteceram simultaneamente em diferentes instituições públicas do país, as denúncias digitais coincidiram com o ápice das pautas antirracista nas redes sociais tencionadas pelo movimento **Black lives matter** (Vidas negras importam) que ganhou as ruas e as plataformas digitais após o assassinato de George Floyd, afro-americano vítima de estrangulamento durante uma abordagem policial em Mineápolis, nos Estados Unidos.

Em meio a pandemia, todos os olhares e movimentações estavam atrelados às redes sociais, as notícias das denúncias espalharam-se instantaneamente gerando uma grande comoção seja por defensoras(es) do movimento de exposição ou pela articulação de denunciadas(os) e simpatizantes. No que tange às denúncias, tratavam-se em sua maioria de alunas(os) matriculadas(os) nos cursos da saúde, ocupando os primeiros lugares no *ranking* de exposição a Medicina, seguido da Psicologia. Através das publicações obtinham-se fotos das(os) denunciadas(os) e a lista de convocação com a modalidade de ingresso, elementos comprobatórios utilizados para formalização das denúncias nas plataformas oficiais da

instituição. Diante do cenário, iniciamos as mobilizações internas para averiguação das denúncias nos processos de ingresso no curso de Psicologia.

Frente às denúncias de fraude em cotas raciais o Centro Acadêmico de Psicologia gestão Carolina Maria de Jesus junto a integrantes do Grupo Pretinhas/os - Psicologia/UFAL lançaram nota³, exigindo um posicionamento do Instituto de Psicologia (IP) em defesa da política de cotas, assim como no pressionamento e acompanhamento das denúncias. A nota teve como finalidade tencionar o Instituto de Psicologia à ação, entendendo que posicionar-se na luta antirracista é comprometer-se ética e politicamente para além do uso de imagens pretas e *hashtag* em seus perfis nas redes sociais. Em setembro de 2020, três meses após os casos de fraudes serem expostos, o Instituto de Psicologia aprovou a elaboração de uma Carta Compromisso pela defesa e implementação de políticas de ações afirmativas, a proposição de escrita da carta foi feita durante uma reunião do Conselho da Unidade que reuniu estudantes, docentes e técnicas(os).

No entanto, há perguntas que ressoam em meu corpo até hoje: se ser antirracista não estive na “moda”, teríamos aprovado uma carta compromisso? A vida de pessoas negras importa quando o assassinato não vira entretenimento nacional? A presença de alunas(os) negras(os) importam nas salas de aulas das universidades? Acadêmicas(os) brancas(os) antirracistas, vidas negras importam nas suas teorias ou servem apenas como elemento decorativo de suas estantes?

Os momentos que antecedem a proposição e aprovação da carta são regados de preocupações com a saúde mental das(os) estudantes acusadas(os) de fraudes, pouquíssimos eram os olhares de acolhimento a angústia de alunas(os) negras(os) que sentiam em sua pele a ausência de corpos como os seus ocupando as salas de aula. Foram dias de ânimos inflamados, - que parecem está se repetindo enquanto escrevo este trabalho - onde precisei afirmar inúmeras vezes que meu-nosso requerimento era assegurar um direito adquirido pela política de cotas, visto que, o discurso politicamente correto utilizado pela branquitude progressista me colocava enquanto uma preta agressiva em busca de vingança. O discurso politicamente correto brincou de ciranda com discurso legalista branco, que em uma pequena volta me colocou junto a(o)s minhas(meus) como implacáveis, o cerne da questão passou a ser o denunciante não a denúncia, onde a premissa “todos são inocentes até que se prove o contrário” serve apenas quando a(o) acusada(o) é branca(o).

Para Robin DiAngelo (2018, p. 27) os “progressistas brancos são os que causam diariamente o maior prejuízo às pessoas de cor”, isso porque compreendem que a autodenominação antirracista lhes coloca em um lugar seguro que o impede automaticamente de

ser visto como racista, de tal modo que gasta toda sua energia em busca de um reconhecimento das pessoas não brancas e um certo protagonismo na luta antirracista (DiAngelo, 2018; Nascimento T., 2020), nascendo assim a(o) branca(o) salvador(a). No período entre a primeira exposição e a aprovação da carta-compromisso, eu percebi na prática que para a academia o problema sempre será nós. Enquanto uma mulher negra, ocupando um cargo de representação estudantil cobraram-me uma didática cordial, já que para academia tudo é educativo, inclusive a violência racial. Mas fazendo uso de um corpo que escapa pratiquei a “redistribuição da violência” defendida por Mombaça (2016), uma violência anticolonial que marca o sujeito em sua branquitude, simplesmente, informando as(os) estudantes que fizeram uso indevido das Política de Ações Afirmativas que elas(es) eram brancas(os).

Mas a branquitude bradava: “Não podemos chamar as(os) estudantes de fraudadoras(es)! Essas exposições são violentas! Precisamos salvaguardar as(os) estudantes lesadas(os) pela exposição! Elas(os) têm direito à defesa e ao contraditório! É preciso ter cuidado para não confundir justiça com vingança! Expor não é a solução!”

Acompanhando os brados acima, acadêmicas(os) brancas(os) trouxeram ao debate conceitos comuns à formação em psicologia como “escuta e cuidado” empregando-os para me responsabilizar - e as(os) minhas(meus) - a olhar a branquitude de maneira mais amena e acolhedora, essas investidas demonstram a fragilidade branca (DiAngelo, 2018) frente a qualquer embate racial. Segundo a autora, a fragilidade branca possui diferentes funções que “protegem o racismo” (DiAngelo, 2018, p. 149), dentre elas, resalto as fizeram parte da cena aqui trabalhada, a saber: a construção/manutenção da solidariedade branca; a transformação das(os) brancas(os) em vítimas; a proteção de seus privilégios; e o foco no denunciante, não no denunciado (DiAngelo, 2018). É notório a grande repulsa da branquitude progressista em assumir-se enquanto racista, uma vez que, enxergam-se como desconstruídas(os) por suas leituras classistas e pesquisas com “recorte racial”, é como se eu estivesse presenciando a urgência de uma redenção racial, afinal que culpa elas(es) têm de terem nascido brancas(os)?

É comum associarmos o racismo a “pessoas ruins”, um ato imoral e criminoso praticado apenas por pessoas brancas ignorantes, jamais por estudiosos da pauta racial. No entanto, o estado reativo da branquitude ao estresse racial não está no campo da imoralidade, pois os “Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção” (Almeida SL, 2020, p. 50), todavia, o entendimento do racismo como processo estrutural não pode funcionar como argumentação para desresponsabilização do sujeito sobre seus atos (Ribeiro, 2019; Almeida SL, 2020). Para Almeida (2020), o racismo enquanto política de dominação sustenta a o *status quo* racial da branquitude e é sustentado por

ele via a institucionalização de ações discriminatórias, dessa maneira, é necessário apontar os atos racistas que assombram a branquitude, mas torna-se imprescindível modificar as estruturas sociais que sustentam as hierarquias raciais.

A “Carta Compromisso do Instituto de Psicologia por uma Universidade Antirracista” apresentasse como um comprometimento público do instituto com a defesa de políticas afirmativas, institucionalizando ações de combate a violências e desigualdades raciais, representa um grande avanço nas lutas travadas nas trincheiras pelo movimento negro e estudantil da universidade. Minha participação no processo de elaboração é motivo de muita alegria e orgulho, acompanhar a escrita de cada linha e as discussões mobilizadas a partir dela me possibilita esperar dias melhores e reafirmar que mudanças estruturais são possíveis através da luta, pois como bem nos fala Kabengele Munanga (2009, p. 43) a ruptura com os sistemas de dominação racial passa por “atacar de frente a opressão, já que é impossível contorná-la”, rompendo com a subordinação histórica, abaixar a cabeça não é uma opção, não estamos em processo de negociação.

Ribeiro (2020, p. 30) lembra que “para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade”, assim sendo, tecer olhares sobre os recursos e discursos utilizados durante a construção da carta-compromisso é imprescindível para produzirmos novas formas de organização. Ao observarmos que a proposição para elaboração da carta-compromisso parte de um docente branco com aceitação total de todos os presentes, mas o comprometimento com sua escrita restringe-se a Comissão Antirracista composta majoritariamente por discentes negras(os), com a participação de dois docente sendo um professor negro e uma professora branca, esta última indicada por sua trajetória acadêmica ser atrelada as discussões sobre as questões étnico-raciais, não acham no mínimo incongruente que a resolução do problema passe pelas vítimas não por suas(seus) causadoras(es)? Se o racismo é um problema branco como afirma Kilomba (2017), por que somos nós, negras e negros, que devemos resolvê-lo?

bell hooks (2017) ao falar sobre a realidade da educação norte-americana diz que as demandas das(os) estudantes não brancos por um ensino verdadeiramente democrático precisam ser resolvidas por elas(es) mesmo, se reclamam da ausência de autoras(es) negras(os), é cobrado delas(es) as sugestões, sendo transformadas(os) em “informantes nativos” (hooks, 2017, p. 62), nossa realidade é muito similar, se nossa reivindicação é uma educação antirracista, cabe a nós trilhar os primeiros passos. Marcar a indisposição de estudantes e docentes brancas(os) na execução da carta é compreender os limites dessas “alianças” inter-raciais dispostas meramente por contratos verbais. Maria Aparecida Bento (2018) discorre sobre a precariedade política das alianças inter-raciais, afirmando que mesmo em instituições

progressistas as estruturas de dominação racial são mantidas pelo pacto narcísico da branquitude, onde o desejo de aniquilamento e captação do “outro” fundamenta processos de reconhecimento profundo da identidade racial branca.

A construção de uma sociedade efetivamente democrática passa pela atuação de pessoas brancas, negras e indígenas, de modo que, a concretização de políticas educacionais e institucionais - como a carta compromisso - torna-se possível apenas com a participação igualitária de todos os segmentos e grupos de representação, a mudança é inalcançável quando as hierarquias raciais são mantidas e retroalimentadas pela supremacia branca (Bento, 2018). Considerando, especificamente que, a Psicologia enquanto ciência e profissão é branca, discutir sobre a branquitude como espaço de poder e dominação é uma estratégia para avançarmos na concretização de políticas de ações afirmativas e descolonização social (Bento, 2018; Veiga, 2018). Quando a elaboração da carta compromisso é feita quase que exclusivamente por pessoas negras, mas sua execução passará por um instituto liderado majoritariamente por homens brancos encontraremos barreiras, neste ponto, as proposições e articulações da branquitude na construção do documento não passou de uma ação gentil que continuará a reproduzir as desigualdades raciais do sistema (DiAngelo, 2018). Sem um comprometimento ético, político e social do Instituto de Psicologia com o movimento antirracista, a carta-compromisso – tal qual a Lei Áurea - não passará de um texto morto⁴. É preciso ter consciência que “Romper com racismo exige coragem e intencionalidade” (DiAngelo, 2018, p. 180) não cordialidade, passividade e apaziguamento, o antirracismo cordial da branquitude progressista é contraproducente, não rompe com as estruturas de dominação racial mas as reproduzem de maneira eficientemente dolosa e quase que imperceptível.

É pelo confronto que alcançamos as mudanças desejadas, assim, escrever sobre meu corpo não é algo fácil, e escrever sobre a branquitude no espaço acadêmico configurado por ela é ainda mais dificultoso. Mas sinto que se me recuso a colocar no papel as angústias que esses momentos me causaram, eu sufocarei. Eu preciso falar mesmo que não queiram me ouvir. DiAngelo (2018) diz que melhor meio de apontar o ato racista sem acionar a fragilidade branca é não fazê-lo, e se fizer que seja discreto, amável, educativo e privado, felizmente, rasguei a lista de boas maneiras e sento-me ao chão para uma conversa franca. Não levantarei para aplaudir ações que são meras obrigações, não servirei de plateia para amaciar o seu ego, não estou buscando seu reconhecimento colonizador, aqui coloco minhas tripas no papel e escrevo como quem sangra.

Cena II - Denúncia de Racismo

Em março de 2021, o Centro Acadêmico de Psicologia recebeu denúncias anônimas em sua ouvidoria sobre posicionamentos e falas de cunho racistas proferidas por uma professora branca em sala de aula. Os relatos chegam seis meses após a publicação da carta compromisso, sendo repassados para o Colegiado do Curso, onde coletivamente decidiu-se dar seguimento à denúncia, junto a direção do Instituto. Meu interesse ao eleger essa cena como um elemento de análise é pensar o racismo naturalizado nos discursos da branquitude, bem como, as estratégias adotadas para resolução do problema, considerando a construção de redes solidárias da branquitude e a captura do letramento racial aos seus serviços.

De acordo com Almeida M. (2020) a descolonização de práticas e saberes academicistas passa pela exposição de atos violentos, visto que não podemos combater o invisível (Almeida M., 2020; Ribeiro, 2019). Assim, este trabalho é minha tentativa de tornar visível as feridas abertas em meu corpo no contato com uma branquitude antirracista forjada pela academia, que busca estancar o sangue por ela provocado a partir de políticas de apaziguamentos de conflitos raciais (Battistelli, Rodrigues & Ferrugem, 2021). A academia, estrategicamente, (re)produz as feridas coloniais e a oferta os remédios em doses homeopatas, porém, há tempos aprendi a não me contentar com pouco.

Em uma sociedade estruturalmente racista a inconformidade representa perigo a supremacia branca, uma vez que, tensiona os debates acerca dos privilégios sociais alcançados pela violência racial (Ribeiro, 2019). A ideia de estar em perigo reforça a necessidade de reação da branquitude, de defender-se de algo ou alguém configurado histórica e simbolicamente como inimigo, assim, “àquelas de nós que olhamos de perto a rachadura do mundo, e que nos recusamos a existir como se ele não tivesse quebrado: eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis” (Mombaça, 2021, p.28). Reconhecendo os riscos de escrever sobre meus incômodos, preciso dizer que o desconforto que essas linhas podem causar é demasiadamente intencional.

Em conversas de corredores é comum escutarmos diversos relatos de episódios de racismo na universidade e das dificuldades que é denunciá-los, reparem na cena aqui trabalhada: durante uma aula ministrada para alunas(os) dos períodos iniciais do curso, uma professora branca começa a exemplificar os perigos que rodeiam a classe média brasileira, relatando que “a vida da classe média também é difícil, porque a gente entra no carro e tem que blindá-lo com medo de assaltos”, em seguida, ao tocar em sua pele, exclama “essa pele também aguenta sol, eu tenho os dois pés na África”, esses trechos foram retirados das denúncias recebidas pela

ouvidoria do Centro Acadêmico. No primeiro contato com os relatos fiquei paralisada. O meu corpo parecia não responder aos comandos mais simples, eu não queria acreditar que esses argumentos foram de fato utilizados. Quando a discussão tomou o grupo do Centro Acadêmico questionei se alguém a teria respondido e soube que todos os microfones do *Google Meet* permaneceram desligados, pois de acordo com alguns estudantes negros, a turma é composta majoritariamente por pessoas brancas – assim como todo o instituto – o que sustentou a postura da docente através do “pacto de silêncio generalizado” (Almeida M., 2020, p.43). A pequena parcela de pessoas negras ali presentes, encontravam-se desgastadas de apontar sempre a mesma coisa, já marcadas com estigma de raivosas e com alvo nas costas, foram sistematicamente silenciadas. Assim, sem um apontamento incisivo a professora seguiu sua aula como se nada tivesse acontecido, encontrando no silêncio ensurdecido dos receptores de informações a legitimidade para seus posicionamentos.

Entretanto, a elaboração da carta compromisso culminou em processos de encorajamento da classe estudantil na construção de bases de enfrentamento às políticas de violências raciais por tempos naturalizadas. Desavisadamente, o silêncio foi rompido e um grito bradou aos ventos, sem nome ou identificação a denúncia tomou o corpo coletivo de discentes negras(os) que não aceitam mais o escamoteamento de suas histórias e as desculpas genéricas da branquitude. Eu costumo ouvir com certa frequência que não sou juíza ou delegada, que não cabe a mim sentenciar o outro, mas sempre coube ao outro (branco) a minha sentença. Sou eu quem apresento perigo a branquitude. É por causa dos homens negros que a classe média necessita blindar seus carros. Somos marginais, fomos marginalizados. Somos nós que apresentamos perigo ao segurar um guarda-chuva ou uma furadeira. São nossos corpos que as balas perdidas sempre encontram. Nós quem recebemos mais de 80 tiros por engano. Então, eis aqui minha função: deixá-las(os) exaustas(os). Tão profundamente incomodadas(os) com o racismo que causam a ponto de resolvê-lo, pois, enquanto o racismo infligir sofrimento apenas aos povos não brancos, a branquitude permanecerá sorrateira e confortável em seus privilégios.

Eu poderia facilmente tecer comentários a respeito das falas da professora e considerá-las como algo individual, um pequeno desvio ou desatenção, quem sabe justificá-las com a ausência de discussões sobre as relações étnico-raciais na época de sua formação. Poderia trabalhar as problemáticas de classe e o mito da democracia racial latente em seus comentários, no entanto, pensar as estratégias adotadas para combater o racismo em questão me parece mais interessante, minha proposta não é desresponsabilizar a docente por suas ações, mas apontar para a rede que há sustenta.

Os encaminhamentos para “resolução” do problema denunciado foram conduzidos por docentes brancos que adotaram, naturalmente, práticas comuns à branquitude, sustentados pelo o que Bento (2002) definiu como “pacto narcísico da branquitude”, eles apropriaram-se do letramento racial a seus serviços. Bento (2002) definiu o pacto narcísico da branquitude como um acordo silencioso, que opera na preservação e manutenção de privilégios simbólicos e materiais, pelo qual aglutinam-se pessoas brancas em apoio e fortalecimento de seus pares. O pacto narcísico da branquitude é uma sofisticada rede de solidariedade que sustenta a supremacia branca e salvaguarda o racismo. Quando uma professora branca é acusada de racismo, uma rede de apoio é construída instantaneamente em sua defesa, outras(os) docentes brancas(os) colocam-se em prontidão para justificar suas ações e pedir perdão pelo equívoco da colega. Os pedidos de desculpas de acadêmicas(os) antirracistas foram acionados por uma culpa personificada, uma vergonha coletiva e a gritante incoerência com as políticas defendidas na carta compromisso, chegam aos pés de estudantes negras(os) carregadas(os) de uma urgência pela redenção (Nascimento T, 2018), que nós as acolhêssemos, cuidássemos e as(os) ensinassem a não serem racistas. Afinal, temos a obrigação de letrar racialmente todos que vierem a nós, arrependidos. A lógica operada pela branquitude no caso em questão é quase como um preceito cristão, o arrependimento te salva e o perdão nos liberta.

Acadêmicas(os) antirracistas cercadas por livros e teorias, com acesso irrestrito a bibliotecas e condições de consumo alto, ainda tendem em nos transformar em uma “Wikipreta” (Ribeiro, 2019, p. 20). Quando seu ativismo falha, seu erro vem à tona, procuram a(o) preta(o) mais próximo para instruir suas ações, nos tornando responsáveis por educá-las(os), exigindo-nos uma didática forjada a golpes de navalhas, assim, como membro da Comissão Antirracista fui convidada para um diálogo com a professora acusada nas denúncias, o intuito dessa reunião, segundo a direção do Instituto era ouvirmos a docente e orientá-la na mudança de suas posturas. Participei da reunião acompanhada de outras duas pessoas que escreveram carta compromisso, que compuseram a Comissão Antirracistas, outras duas pessoas negras chamadas para ensinar a branquitude a não “pecar”. Rememorando esses momentos, penso sobre quantas vezes fui ludibriada pela esperança de construir um mundo novo seguindo de mãos dadas com meu opressor, eu ensinei branco a não ser racista porque sabia que para sobreviver na academia teria de me embranquecer ou pelo menos servir a branquitude em seu querer.

Aparecida de Jesus Ferreira (2014, p. 250) diz que para alcançarmos “uma sociedade mais justa e igualitária, temos que mobilizar todas as identidades de raça branca e negra para refletir sobre raça e racismo”, essa mobilização seria possível através do letramento racial crítico construído a partir das narrativas autobiográficas. Ou seja, letrar-se racialmente é refletir

sobre sua identidade racial, compreendendo as estruturas sociais fundamentadas em uma lógica escravocrata que oprime e subjuga os povos negros e indígenas em detrimento do povo branco. O letramento racial mais do que o consumo de obras negras por acadêmicas(os) brancas pede uma “uma dobra ética que implique transformações subjetivas radicais” (Almeida M, 2020, p.45), pois informação/conhecimento não é sinônimo de consciência, compreensão e mudança. Precisamos entender que, desafiar a estrutura que o beneficia não é de interesse da branquitude, mesmo para aquelas(es) brancas(os) progressistas romper com o sistema significa abrir mão dos espaços de poder que as(os) mantém seguras(os) e confortáveis e isso não é negociável.

Em sua brancura, a academia não cria nada novo, apenas sequestra conceitos criados por teóricas negras para satisfazer seus desejos narcísicos. Sim, nós temos acadêmicas(os) trabalhando na produção de uma educação antirracista, mas precisamos reconhecer as(os) que se propõem a serem “eternas(os) aprendizes” da pauta racial e as(os) que fazem a mudança acontecer. Colocar-se como aprendiz é também uma forma de desresponsabilizar-se pelo racismo cometido, isso porque não podemos culpabilizar alguém que está aprendendo, a pessoa branca precisa de ajuda e paciência no seu processo de aprendizagem e foi isso que me foi pedido, paciência e cuidado com a professora. A branquitude em sua cordialidade solicitou que minha dor fosse esquecida para letrar racialmente a docente, tomando novamente o centro da atenção, a pessoa branca passível de cuidado, vítima de uma situação constrangedora, mobilizando toda uma rede solidária de acolhimento. Já para pessoas negras vemos a negligência de nosso sofrer, a oferta de um cuidado que busca apaziguar os conflitos raciais, silenciando-os a ponto de não serem vividos (Battistelli, Rodrigues & Ferrugem, 2021), soterrando nossas histórias, nossas narrativas em prol do fortalecimento da supremacia branca nos espaços institucionais de saber. Desse modo, se quiseres você, pessoa branca, ser antirracista, seja responsável por seu próprio letramento racial, eu não sou e não pretendo ser sua professora.

Ritos Finais

As cenas expostas neste trabalho demonstram que o racismo não é meramente produto da ignorância coletiva, ação de pessoas má intencionadas ou moralmente falhas, o racismo estrutura as relações sociais de poder, definindo aquelas(es) que morrerão na próxima esquina da história. A acadêmica, nosso cenário de análise, segue desempenhando seu papel com louvor, uma máquina operada pela branquitude que institucionaliza as violências raciais como política organizacional. O racismo acadêmico é sistemático (Almeida M, 2020), ele molda as subjetividades de todas(os) as pessoas que percorrem os espaços universitários, enquanto

subjuga os povos negros e indígenas infligindo aos seus corpos o não lugar, o título de objetos de estudos e jamais produtores de conhecimentos, concede aos brancos o lugar da ordem, da regra e da representação. Assim, para manter os privilégios sociais alcançados a partir das violências e desigualdades raciais a branquitude só precisa continuar fazendo seu trabalho que é, basicamente, não fazer nada.

Entretanto, as Políticas de Ações Afirmativas como a lei de cotas raciais impactaram significativamente a estrutura das universidades brasileiras, o ingresso de jovens negras(os), indígenas e periféricas(os) produziu tensionamentos nas formas de organização das instituições. As universidades pensadas e projetadas para a branquitude foram forçadas ao debate racial, pois como lugar que detém e produz o conhecimento hegemonicamente consumido, mostra-se como retrógrado e ignorante não é uma opção. Assim, forjaram-se as(os) acadêmicas(os) brancos progressistas e antirracistas que lutam por consciência não por obrigação, onde declarar-se aliado do movimento negro e indígena é sinônimo de benevolência. A branquitude acadêmica, desloca-se, estrategicamente, da posição de racista para o local de sujeito em desconstrução, vítima de sua cor e mero reproduzidor do racismo que é estrutural, essas artimanhas os desresponsabiliza de futuros atos racistas e os deixa confortáveis em seus lugares de pseudointelectuais.

Quando escolho vasculhar minhas memórias e partilhar os incômodos enfrentados no contato com a branquitude acadêmica progressista, posiciono-me com a certeza de que o silêncio não me salvaria e também não provocaria nenhuma mudança significativa, ele apenas alimentaria a supremacia branca. Quero evidenciar nessas linhas que a academia não é o país das maravilhas, a universidade branca-hetero-patriarcal sequestra saberes ancestrais e vai facilmente capturando conceitos como antirracismo, letramento racial, epistemologias decoloniais de maneira superficial para responder demandas emergentes (Almeida M, 2020), nessa lógica, teóricas(os) e intelectuais negras(os) são transformadas(os) em consultoras(es) especializadas(os) nas discussões étnico-raciais a serviço da branquitude (hooks, 2017). Isso porque o racismo é uma sofisticada tecnologia em processos de atualização (Almeida SL, 2020), capturar conceitos cunhados por teóricas(os) negras(os) é também um processo de embranquecimento e silenciamento das discussões, essas ações visam apaziguar os conflitos raciais, uma vez, tende a conter a pulsão latente por uma mudança radical em prol do discurso midiático de que “todos somos iguais”.

Eu defendo que o movimento antirracista é sobre guerra, não sobre diálogo. A certeza de que informação e cordialidade muda o mundo é uma ideia demasiadamente branca, e é ainda mais branco acreditar que a dor é pedagógica e que ensina, mas são exatamente esses discursos

que encontram coro na academia. Eu mesmo já fui ludibriada pelos discursos dóceis e bonitos da branquitude progressista, meus olhos já marejaram ao encontrar nas ementas de disciplinas referenciais pretos, já fui colonizada pelo afeto a companheiras(os) da academia, mas o processo de teorizar sobre minhas vivências de forma racializada permitiu-me o desprendimento afetivo que ampliou meu olhar as práticas de dominação institucional. Quando construímos a Carta Compromisso do Instituto de Psicologia por uma Universidade Antirracista e a branquitude que compõe majoritariamente a unidade se exime da elaboração, isso me fala que a consciência antirracista das(os) acadêmicas(os) limita-se ao consumo de obras de autoras(es) negras, declarações no *twitter* e ao brilhantismo de propor que o racismo seja resolvido por quem o sofre. As mesmas ações são adotadas quando a unidade recebe denúncias de posicionamentos de cunho racista, solicita-se cordialmente, mas não de forma indolor, que pessoas negras ensinem pessoas brancas a não serem racistas.

Neste sentido, defendo junto a Rufino (2019, p. 63) que as histórias e discursos produzidos e ancorados pela lógica colonial “devem ser lidas para que não acreditemos nelas”, desconfiar da branquitude será sempre o melhor meio de nos mantermos seguras(os). É tempos de resgataremos os saberes assentados em nossos territórios ancestrais, firmamos o ponto em defesa de uma deseducação as normas acadêmicas eurocentradas para assim produzirmos uma educação com tons de liberdade (hooks, 2017; Rufino, 2021). Esse trabalho não possui um fim em si mesmo, aqui as(os) convido ao voltar para início, essa escrita pretende-se circular, sem um começo ou fim demarcado, eu convido vocês, acadêmicas(os) brancas(os) que me lê a narrar suas histórias e contar-me o que tens feito com o que apreendestes em tuas leituras sobre o movimento antirracista? Mas, peço que escrevam sobre si não mais sobre nós, há tempos não precisamos de porta-voz.

Referências

Almeida, M. (2020). CORPOREIDADES NEGRAS EM RISCO: O RACISMO ACADÊMICO E SEUS AFETOS. *Revista Humanidades & Inovação*, 7(25).

Almeida, S. L. (2020). *Racismo Estrutural*. São Paulo: Editora Jandaíra.

Battistelli, B. M., Rodrigues, L. & Ferrugem D. (2021). Branquitude e racismo na universidade: Analisando a relação entre práticas de cuidado e práticas de apaziguamento. *Abatirá - Revista De Ciências Humanas E Linguagens*, 2(4), 549 - 566. Recuperado de <https://www.revistas.uneb.br/index.php/abatira/article/view/13095>

“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas

- Bento, M. A. S. (2002). Pactos Narcísicos. In M. A. S. Bento. *PACTOS NARCÍSICOS DO RACISMO: Branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público*. (pp. 49-55) Tese de doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 16, janeiro, 2022, de https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf.
- Bento, M. A. S. (2018). Notas sobre a branquitude nas instituições. In M. L. Silva, M. Farias, M. C. Ocariz, & A. Stiel Neto (Org.), *Violência e Sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro* (pp. 115-136). São Paulo: Escuta.
- Carneiro, S. (2005). Do Epistemicídio. In S. Carneiro. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. (pp. 96-124) Tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 07, novembro, 2021, de <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>.
- Carvalho, J. J. (2019). Encontro de Saberes e descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, & R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e pensamento afrodiasóórico* (pp. 79-106). Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Costa, S. L. & Carvalho, J. J. (2020). Processos de transmissão: o ensino universitário e o encontro com mestras e mestres dos saberes tradicionais. In *Processos psicológicos: perspectivas situadas* (pp. 26-55). Niterói, RJ: EDUFF.
- DiAngelo, R. (2018). *Não basta ser racista: sejamos antirracistas*. (M. Marcionilo, trad). São Paulo: Faro Editorial.
- Evaristo, C. (2005). Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: N. M. de Barros Moreira, & L. Schneider (Org.), *Mulheres no mundo: etnia, marginalidade, diáspora*. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária – UFPB, 2005. Recuperado de <http://nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/genero-e-etnia-uma-escrevivenciade.html>
- Fanon, F. (2008). Introdução. In F. Fanon. *Pele Negra, máscaras brancas*. (R. Silveira, trad., pp. 25-31). Salvador: EDUFBA.
- Ferreira, A. J. (2014). *TEORIA RACIAL CRÍTICA E LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO: NARRATIVAS E CONTRANARRATIVAS DE IDENTIDADE RACIAL DE PROFESSORES DE LÍNGUAS*. Revista ABPN, 6(14), p. 236-266. Recuperado em: <https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/smeportal/wp-content/uploads/2020/07/TEORIA-RACIAL-CR%C3%8DTICA-E-LETRAMENTO-RACIAL-CR%C3%8DTICO.pdf>
- hooks, b. (2017). *Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade*. (M. B. Cipolla, trad., 2º ed.) São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Kilomba, G. (2019) *Memórias da plantação - Episódios de racismo cotidiano*. (J. Oliveira, trad., 1º ed.) Rio de Janeiro: Cobogó.

“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas

- Lopes, J. S. (2013). Pontuações e proposições ao branco/a e à luta antirracista: ensaio político-reflexivo a partir dos estudos críticos da branquitude. In: *V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*, 2013, Londrina. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina - Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro. Londrina: GEPAL, 134-150.
- Mombaça, J. (2016). Rastros de uma Submetodologia Indisciplinada. *Concinnitas*, 1(28).
- Mombaça, J. (2016). Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. *Issuu*. Recuperado em 04 janeiro, 2022, de https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi.
- Mombaça, J. (2021). O mundo é meu trauma. In J. Mombaça. *Não vão nos matar agora*. (1º ed., pp. 27-34). Rio de Janeiro: Cobogó.
- Munanga, K. (2009). *Negritude: Usos e sentidos*. (3º ed., pp. 11-81). Belo Horizonte: Autêntica.
- Nascimento, T. (2020). *Leve sua culpa branca pra terapia*. Revista O Menelick. Recuperado em 04 dezembro, 2021, de <http://www.omenelick2ato.com/artes-literarias/leve-sua-culpa-branca-pra-terapia>.
- Nascimento, W. (2020). Das filosofias vagabundas. In L. A. Simas, L. Rufino, & R. Haddocklobo. (Orgs.), *Arruaças: uma filosofia popular brasileira*. (pp. 8-10) Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Piedade, V. (2017). *Dororidade: Vilma Piedade*. São Paulo: Editora Nós.
- Ribeiro, D. (2019). *Pequeno manual antirracista*. (1º ed.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Rufino, L. (2019). *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula Editorial.
- Rufino, L. (2020) Miudezas da ancestralidade. In L. A. SIMAS, L. Rufino, & R. Haddocklobo. (Orgs.), *Arruaças: uma filosofia popular brasileira*. (pp. 180-182). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Rufino, L. (2021). *Vence-demanda: educação e descolonização*. (1º Ed.). Rio de Janeiro: Mórula Editorial.
- Santos, W. O. (2019). Branquitude e negrofilia: o consumo do outro na educação para as relações étnico-raciais. *PERSPECTIVA*, 37(3), p. 939-957. Recuperado em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2019.e53329>
- Simas, L. A. (2019). Subvertendo os mundos. In L. Simas. *Pedrinhas miudinhas: ensaios sobre ruas, aldeias e terreiros*. (2º Ed., pp. 101-103). Rio de Janeiro: Mórula.
- Simas, L. A., & Rufino, L. (2020). *Encantamento: sobre política de vida*. Mórula Editorial. Disponível: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/05/Encantamento.pdf>

“Enegrecendo suas estantes” o modismo de acadêmicas(os) brancas(os) no movimento antirracista: experiência da formação em Psicologia na Universidade Federal de Alagoas

Simas, L. A., Rufino, L., & Haddocklobo, R. (2020). Tombo na subida. In L. A. Simas, L. Rufino, & R. Haddocklobo. (Orgs.), *Arruaças: uma filosofia popular brasileira*. (pp. 11-13). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

VEIGA, L. M. (2018, setembro 9). Qual a cor da Psicologia no Brasil? *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro: Opinião. Recuperado em 03 de janeiro, 2022, de <https://www.jb.com.br/pais/artigo/2018/09/4697-qual-a-cor-da-psicologia-no-brasil.html>. Acesso em: 04 de jan. de 2022.

¹ Carta Compromisso do Instituto de Psicologia por uma Universidade Antirracista. Disponível em: <https://ip.ufal.br/pt-br/institucional/documentos/carta-compromisso-do-instituto-de-psicologia-por-uma-universidade-antirracista/view>

² Trecho da música “Povoada” de Sued Nunes. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dIFzUVxAb8c>

³ Nota de posicionamento do Centro Acadêmico de Psicologia gestão Carolina Maria de Jesus – frente às fraudes de cotas para Pretos, Pardos e Indígenas. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1-AiJtoYm1bYEot5d-QorG3rAsca2X6rz/view>

⁴ Fazendo referencia a música “Mulheres Negras” de Yzalú. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6p9cthjjMa4>